

 **FGV DIREITO SP**

P R Ê M I O
ESDRAS
DE ENSINO DO DIREITO

4ª EDIÇÃO
2022

**INICIATIVAS QUE
FAZEM A DIFERENÇA**

ATIVIDADES PREMIADAS

4ª EDIÇÃO - PRÊMIO ESDRAS DE ENSINO DE DIREITO

2022

Direção

Oscar Vilhena Vieira

Vice-Direção

Adriana Ancona de Faria

Coordenação do CEPI

Alexandre Pacheco da Silva

Marina Feferbaum

Comissão Organizadora

André Rodrigues Corrêa

Guilherme Forma Klafke

Marina Feferbaum

Contato: cepi.direitosp@fgv.br

Comissão Julgadora

Beatriz Castro Rosa

Maria Claudia G. do Couto

Rafael da Silva Menezes

Tássia Aparecida Gervasoni

Vivianne Ferreira

Apoio na Organização do Prêmio:

Deíse Camargo Maito

Projeto Gráfico:

Tatiane Guimarães

Deíse Camargo Maito

Edição:

Deíse Camargo Maito

Guilherme Forma Klafke



* Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Sumário

SOBRE O PRÊMIO	4
ATIVIDADE VENCEDORA	5
MENÇÕES HONROSAS	6
PRÊMIOS DESTAQUE	9

SOBRE O PRÊMIO

O Prêmio Esdras destina-se a professores que lecionam disciplinas jurídicas em cursos de Direito ou disciplinas jurídicas em cursos de outras áreas de conhecimento no Brasil, tanto de graduação quanto de pós-graduação ou em cursos de curta duração oferecidos por Instituição de Ensino Superior - IES. O prêmio abrange qualquer atividade de ensino participativo que tome o aluno como o principal agente da sua própria aprendizagem.

Como forma de reconhecer o bom trabalho desempenhado Brasil afora, a cada edição do Prêmio Esdras há diversas premiações para as melhores atividades.

Nesta 4ª edição, o prêmio principal foi de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e houve premiações com placa de menção honrosa às atividades de maior destaque. Além dessas homenagens, a Comissão Julgadora indicou atividades para inclusão no Banco de Materiais de Ensino Jurídico Participativo.

Com isso, visamos prestigiar os autores e, ao mesmo tempo, ajudar a divulgar essas práticas para que outros possam aplicar as atividades em seus cursos ou utilizá-las como inspiração para um ensino mais participativo.

ATIVIDADE VENCEDORA

Atividade ganhadora do prêmio de 5 (cinco) mil reais

**Estudo de caso:
“Juízo possessório X
Juízo petitório:
Construindo e
solucionando com
as mãos”**



**Camila Bottaro Sales
Coelho**

Curitiba, PR

Aplicada em:
Graduação, 8º Semestre

Palavras-chave:
Direito Civil; Direito Reais; Estudo de
caso; Legal design thinking; Lego
Serious Play.

A atividade proposta constituiu em apresentar um caso concreto aos alunos para que eles pudessem solucionar a questão principal apresentada [descobrir se ação correta seria ação reivindicatória (juízo petitório) ou ação de reintegração de posse (juízo possessório)]; bem como analisar e rememorar as questões secundárias com relação ao direito material e processual da posse. Para isso, foram utilizadas as metodologias ativas: Legal Design Thinking e Lego Serious Play.

MENÇÕES HONROSAS

Atividades ganhadoras de placas de menção honrosa

O ensino remoto do Direito Internacional Público via simulação de negociação de tratado sobre a cooperação para reger situações de pandemia



Nitish Monebhurrun

Brasília, DF

Aplicada em:
Graduação, 4º semestre

Palavras-chave:
Negociação; Tratado; Simulação;
Protagonismo; Participação.

Trata-se de uma atividade desenvolvida na graduação, de forma remota, consistente na negociação de um tratado sobre a cooperação internacional para reger as situações de pandemia. A atividade baseia-se no tripé metodológico: (i) o ensino pela pesquisa; (ii) o ensino pela problematização, isto é, pela aplicação da pesquisa a situações concretas para (aprender a) pensar em soluções jurídicas; (iii) o ensino pelo protagonismo dos alunos nas vertentes (i) e (ii) do tripé metodológico. A turma foi dividida em grupos de Estado com situações econômicas e políticas diferentes. O Professor atuou como o secretário da negociação. Num primeiro momento, os grupos tiveram que elaborar uma lista de temas para alimentar a negociação rumo ao tratado. Organizou-se semanalmente uma rodada de negociação para selecionar quais temas seriam mais aptos para serem incorporados no tratado. Para tanto, os alunos tiveram que justificar o posicionamento do Estado que representavam com base na pesquisa feita sobre cada tema. A pesquisa sempre seguiu a seguinte ordem: (i) os textos normativos relevantes; (ii) as resoluções, os pareceres ou os outros documentos relevantes das Organizações Internacionais; (iii) a jurisprudência; (iv) a doutrina; (v) os jornais. O primeiro reflexo dos alunos foi apresentar a pesquisa feita, porém, sem mostrar a sua aplicabilidade e a sua relevância. Para enquadrar o processo de pesquisa e de reflexão, cada grupo construiu a sua proposta — num fichamento —, da seguinte forma para cada tema objeto de negociação: (i) o contexto da proposta; (ii) o problema jurídico; (iii) a proposta em si; (iv) os argumentos jurídicos para sustentar a proposta; (v) o método para construir os argumentos. Cada fichamento constituiu a fundamentação técnica de cada artigo do tratado. O conjunto dos fichamentos era o equivalente dos trabalhos preparatórios do tratado, assim como ocorre na prática. Num segundo momento, os grupos escolheram definitivamente os temas mais urgentes e passaram a discutir a sua incorporação no tratado em outras rodadas de negociação. No final, o projeto de tratado junto com os trabalhos preparatórios (fichamentos) rendeu um documento elaborado apenas pelos alunos. Note-se que os grupos tiveram que fazer cada fichamento várias vezes antes de acertar e nesse processo está a função do professor em orientá-los. Após uma negociação de um semestre, os grupos apresentaram o projeto de tratado a um embaixador, em uma discussão crítica.

Laboratório Prato Brasil



Flávia Trentini

Iara Ribeiro

Ribeirão Preto, SP

Aplicada em:
Graduação, 3º e 4º semestres

Palavras-chave:
Contratos; Avicultura; Sistemas Agroindustriais; Artigos Científicos; Congresso Acadêmico.

A proposta apresentada na disciplina Laboratório do curso de Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP-USP), em 2021, é parte de projeto interinstitucional desenvolvido em conjunto com docentes dos cursos de Direito da FGV/SP e da PUC/RIO, com o propósito de saber quantos e quais contratos estão presentes no prato brasileiro típico – arroz, feijão, tomate e frango. O objetivo central consistia em analisar quais contratos são firmados na cadeia agroalimentar para que esses alimentos cheguem à mesa de milhões de brasileiros. Coube aos estudantes da FDRP-USP, na disciplina Laboratório, a investigação e aprofundamento dos contratos envolvendo o item "frango", que foi desenvolvido em dois semestres em 2021. No primeiro, a disciplina Laboratório, eixo "Prato Brasil: Receitas Contratuais" desenvolveu as competências teóricas de Teoria Geral dos Contratos, Direito Agrário, Economia Institucional e Metodologia Científica por meio de estudo de caso de análise de contratos de três indústrias alimentícias do segmento de proteína animal de frango. Foram realizadas análises bibliográficas, entrevistas e discussões em sala, construindo conjuntamente o entendimento sobre o tema e a produção de uma primeira versão de três artigos científicos sobre cada indústria analisada. No segundo semestre, o eixo desenvolvido na disciplina Laboratório foi chamado de "Prato Brasil Vai a Campo", com objetivo de verificação dos dados, aprofundamento e correção dos artigos e realização de evento com membros do setor alimentício e da comunidade científica para difundir e debater as pesquisas realizadas nas três instituições, bem como na produção de livro com os artigos elaborados pelos discentes e os apresentados no evento.

Disciplina: Prática Jurídica em Direitos Humanos



Taysa Schiocchet

Juliana Carvalho Pavão

Natalia Martinuzzi Castilho

Curitiba, SP

Aplicada em:

Graduação, 7º a 9º semestre

Palavras-chave:

Ensino jurídico clínico; prática jurídica em direitos humanos; metodologia ativa; protagonismo discente; impacto social; extensão em direitos humanos.

A disciplina "Prática em Direitos Humanos", vinculada a Clínica de Direitos Humanos da UFPR, foi ofertada no ano 2021-2022 (mais especificamente de 27/09/2021 a 02/05/2022) para os estudantes das séries finais do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná. Adotamos a metodologia de ensino clínico, a partir da apresentação de cinco casos jurídicos complexos de direitos humanos, de impacto social, previamente mapeados. Cada estudante deveria se candidatar ao caso de maior interesse por meio de projeto de intervenção social, a partir de seu próprio enfoque. Os planos foram apresentados e, coletivamente, deliberou-se pela distribuição de quatro duplas e um trio. A partir daí, as cinco equipes elaboraram uma nova versão do projeto, agora coletiva, mediante ferramentas de Design Thinking, inserção de plano de ação e previsão de entrega de, ao menos, um produto ou resultado, diferente do artigo em formato de relato de experiência. Como suporte técnico e metodológico, cada equipe contou com pelo menos uma consultoria externa ad hoc, composta por docentes ou profissionais com expertise nos temas, contando assim com uma orientação profissional extra, além da pedagógica, realizada pela professora. Além disso, para subsidiar as atividades, realizamos diversas oficinas (Legal Lab), com objetivo de agregar conhecimentos práticos imediatamente aplicáveis à atuação profissional e acadêmica da turma. Desde o começo das atividades, foi enfatizado o aspecto ético da intervenção social, no sentido de criar nas alunas e alunos o senso de responsabilidade sobre os resultados do projeto para além da relação discente-docente e da nota atribuída em função da entrega do trabalho. No encerramento da disciplina, os resultados foram apresentados por cada equipe em formato de assembleia, em um evento aberto ao público, realizado no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

PRÊMIOS DESTAQUE

Atividades indicadas para publicação no Banco de Materiais de Ensino Jurídico Participativo

Bond x Lockhart - Exclusão de Sócios

Ruy Amaral Andrade

Salvador, BA

Episódio da série "The Good Wife" narra o contexto preparatório que antecede a uma assembleia de exclusão de Sócio em Sociedade de Advogados em Chicago (EUA). Abre-se um debate no qual os alunos exploram as possíveis causas de nulidade da decisão de exclusão à luz do direito brasileiro e, mais especificamente, alguns possíveis vícios em votos apresentados. Grupos de Alunos preparam a petição inicial da ação judicial que discutirá a nulidade.

Aplicada em:

Graduação, 8º semestre

Palavras-chave:

Societário; Exclusão de sócios; Assembleia; Sociedade Simples.

Casoteca em Direito dos Desastres

Karina Denari Gomes de Mattos

Rio de Janeiro, RJ

O projeto foi desenvolvido na disciplina eletiva "Direito dos Desastres" em formato 100% remoto entre os meses de novembro

de 2021 a março de 2022 (semestre letivo correspondente a 2021.2) com 70 alunos/as matriculados/as e 55 avaliados/as.

A dinâmica consiste no desenvolvimento de um banco de casos ("casoteca") focado em desastres e riscos de desastres ocorridos no Brasil e no exterior nas últimas décadas (1987-2021), pelo preenchimento de um formulário padrão de forma assíncrona. O preenchimento individual foi combinado com uma etapa síncrona de "relatorias" em aula para a discussão daquela experiência prática frente aos conteúdos previstos para a semana.

A seleção do rol de casos foi feita pelo/a docente de forma alinhada com os objetivos do curso e às etapas do ciclo de desastres. Busca-se exemplificar as diferentes representações e escalas de desastres, de forma a resgatar a memória e a empatia com casos menos divulgados na mídia e desconhecidos pelos/as alunos/as.

O formulário é constituído de dois blocos: i) campos objetivos e descritivos inspirados na metodologia case brief (FEA-USP, Camila Villard Duran), e ii) campos de percepção subjetiva sobre graus de reparação e boas-práticas, conforme marcos da ONU.

O preenchimento e discussão dos casos, além de permitir ao/à aluno/a uma compreensão aprofundada das ferramentas jurídicas disponíveis para enfrentamento a desastres, buscou

desenvolver raciocínio crítico e habilidade de resolução de problemas complexos.

Como forma de dar publicidade ao conteúdo gerado pelos/as alunos/as, ao final da disciplina foi disponibilizado um site com uma parcela dos casos já revisados pelo/a docente e para acesso público.

Aplicada em:

Graduação

Palavras-chave:

Banco de Casos; PBL; Direito dos Desastres; Ciclo dos Desastres; Direitos Humanos.

Cidades de Fato

João Aparecido Bazzoli

Palmas, TO

Esta ação convertida em programa de entrevistas e informações, denominada Cidades de Fato e realizada em parceria com a UFT/FM (96.9), objetiva discutir de maneira pública e ampla temas nas áreas de políticas urbanas, cidades e cidadania, na perspectiva daqueles que vivem e vivenciam o lugar na cidade e tratando, nestas discussões, especialmente da inclusão social, da Agenda 2030 e de assuntos relacionados ao Direito à Cidade, em sentido amplo. A metodologia qualitativa aplicada ao trabalho consiste em selecionar temas, preparar pautas, elaborar roteiros, realizar entrevistas, editar, publicar e divulgar o conteúdo resultante dos temas estudados. Nota-se que a população, em regra geral, tem dificuldades de acesso às informações sobre a gestão da sua cidade. Para além disso, ela não interliga parte dos resultados das atividades exitosas dos gestores municipais às possíveis

contribuições acadêmicas à estas gestões, nas cidades brasileiras. Por este motivo pretendemos estabelecer esta conexão - atividades exitosas/conhecimento - no sentido de simplificar o entendimento de que o uso do conhecimento científico na gestão pública municipal poderá propiciar boas práticas e resultar em políticas públicas exitosas. Também, por meio do conhecimento, poderemos valorizar a contribuição da extensão universitária, que realmente garante a melhora os resultados em variadas ações do poder público, tanto municipal como estadual.

Aplicada em:

Graduação, 3º semestre

Palavras-chave:

Cidades de Fato, Direito à Cidade, Práticas de Inovação, Ensino em Direito.

Constituição Interdisciplinar – Garantindo princípios compartilhados.

Tamiris Alessandra Gervasoni e
Lúcio André Müller Lorenzon

Restinga Seca, RS

A atividade é uma avaliação bimestral realizada de forma interdisciplinar e sinérgica por todas as matérias e alunos do 1º semestre do curso de Direito. Na ocasião, os alunos foram provocados a criarem uma miniconstituição com dez princípios fundamentais e três objetivos primordiais, compartilhados entre todas as matérias cursadas. Uma vez criada a proposta, os grupos recebiam de cada disciplina um caso concreto de colisão de direitos fundamentais para construir uma solução jurídica fundamentada com

sua Constituição, além da parte técnica escrita, deviam fazer a defesa oral frente a banca interdisciplinar composta por todos os professores do semestre.

Aplicada em:

Graduação, 1º semestre

Palavras-chave:

Constituição; Princípios compartilhados; Atividade interdisciplinar; Consenso.

Desafio 24h Cesupa Law

Arthur Laércio Homci e Caio
Oliveira Fanha

Belém-PA

O Desafio 24h Cesupa Law é uma competição em formato de Hackathon, na qual os participantes vivenciam uma imersão de 24h horas no estudo de 03 casos jurídicos reais adaptados para descaracterizar os seus elementos identificadores, qualificados como hard-cases, que estão sendo patrocinados por escritórios de advocacia, com a finalidade de apresentar soluções aos casos, através da construção de teses e estratégias jurídicas inovadoras, que serão apresentadas a uma Comissão Julgadora composta por advogados diretamente envolvidos com o litígio – membros dos escritórios –, bem como por representantes de comissões temáticas da OAB.

Aplicada em:

Graduação e pós-graduação lato sensu.

Palavras-chave:

Desafio; Hackathon; Imersão; Advocacia; Interdisciplinaridade.

Desafio Legal Design e Visual Law

Rodrigo Fernandes Rebouças

Itu, SP

Atividade apresentada como critério de avaliação por competências na disciplina eletiva da Graduação em Direito da FADITU. Ao longo da disciplina os alunos debaterem e revisaram os princípios gerais dos contratos e relações de consumo, bem como, compreenderam os conceitos e aplicações das técnicas do legal design e visual law na prática contratual. Frente a competência esperada de desenvolvimento do discente, foi apresentado um "desafio" consistente na prática contratual de elaborar um contrato eletrônico para uma plataforma de EaD de cursos de curta duração. A primeira etapa consistia na escolha de produto (tipo do curso que será ministrado e objeto do contrato), os alunos tinham plena liberdade de escolha de qualquer tipo de curso, devendo reproduzir a escolha nas fases seguintes. Na sequência, deveriam apresentar um infográfico consistente no fluxo da relação jurídica com o potencial aluno, considerando desde a captação do lead até a conclusão do contrato e do curso. Na terceira fase o aluno deve apresentar uma proposta de um contrato, no caso, as três principais cláusulas, a partir da análise do fluxo da relação jurídica (legal design) e aplicar as técnicas de visual law na elaboração do contrato. A atividade foi realizada em grupos.

Aplicada em:

Graduação, a partir do 3º semestre

Palavras-chave:

Contratos; Legal Design; Visual Law; Avaliação.

Direito Constitucional em Memes

Nathalie Kuczura Nedel

Santa Maria, RS

A atividade consiste na elaboração de um meme por cada um dos alunos matriculados na disciplina de direito constitucional. Este meme é protocolado no final do primeiro bimestre e deve retratar qualquer um dos conteúdos até então trabalhados na disciplina. Na aula subsequente, cada aluno apresenta o seu meme, trazendo para a sua explanação o conteúdo jurídico contido neste, ressaltando os aspectos do direito constitucional. Assim, a atividade contempla uma grande revisão dos conteúdos abordados no primeiro semestre, bem como busca desenvolver, em especial, igualmente, a oralidade, o protagonismo e a criatividade dos alunos. Após a respectiva avaliação e eventuais ajustes, os alunos publicizam os resultados com a comunidade, por meio de suas redes sociais virtuais. Nesse momento, igualmente, a partir da sistemática da marcação, a professora responsável pela disciplina e a IES replicam os memes e as informações com a comunidade, em geral. Por fim, um questionário foi aplicado aos alunos para eles pudessem opinar sobre a atividade que foi aplicada, tendo estes, na sua maioria, se manifestado positivamente.

Aplicada em:

Graduação, 3º semestre

Palavras-chave:

Direito Constitucional; Extensão; Memes; Oralidade; Protagonismo.

Direitos Fundamentais, sociedade e produtos midiáticos

Victor Varcelly Medeiros Farias

São Paulo, SP

Atividade pautada pela reflexão crítica de materiais midiáticos, bem como pela aproximação de alunas e alunos do curso de Jornalismo aos direitos fundamentais previstos nos incisos do Art. 5º da Constituição Federal (CF) de 1988. Na proposta, os alunos abordaram criticamente tanto conteúdos jornalísticos, como o documentário “AmarElo: É Tudo Pra Ontem” do rapper brasileiro Emicida, lançado em 2020.

A atividade foi dividida em três momentos: I) participação de toda a turma e focada na análise social e jurídica de notícias autonomamente selecionadas pelos discentes no portal de notícias UOL.

O terceiro e o segundo momento foram antecedidos pela disponibilização, pelo professor, de instruções exclusivamente voltadas para os grupos previamente sorteados para a análise do documentário “AmarElo: É Tudo Pra Ontem”. Logo, o momento I era independente, funcionando como uma forma de estimular toda a turma a experimentar as aplicações de conceitos que os grupos selecionados realizaram mais profundamente nos momentos II e III. II) O atendimento consistia em um momento de diálogo mais direto com os grupos acerca dos materiais de base do trabalho e das reflexões sobre o documentário “AmarElo” que eles haviam realizado até aquele momento.

III) O último momento foi a apresentação em sala dos trabalhos, com duração de 20 minutos cada. As apresentações foram seguidas de feedbacks do professor em sala, com duração máxima de dez minutos e participação ativa dos alunos e das

alunas. Posteriormente, os feedbacks foram complementados por escrito e acompanhados da nota do trabalho. O material de suporte envolvia um documento contendo as instruções para realização do trabalho, o documentário “AmarElo: É Tudo Pra Ontem”; texto dos incisos do artigo 5º previamente codificados em cores, para facilitar a conexão das diversas temáticas presentes no documentário; texto introdutório do livro “Ética, Mídia e Comunicação” dos autores Ângela Cristina Salgueiro e Luís Mauro Sá Martino e o artigo “Ações afirmativas e direitos humanos”, de Flavia Piovesan. Importante destacar que as alunas e alunos tiveram total autonomia para abordar qualquer perspectiva sociojurídica a partir do filme proposto e das notícias. O único limitador era a conexão dos debates a pelo menos quatro dos setenta e nove incisos do art. 5º da CF de 1988.

Aplicada em:

Graduação em Jornalismo, 5º semestre

Palavras-chave:

Direitos Fundamentais; Ética Jornalística; Comunicação; Cidadania; Cultura.

Hackathon Jurídico

Diogo Assis Cardoso Guanabara,
Cláudio Azevedo da Cruz Oliveira
e Eloah Lucena Bicalho.

Salvador, BA

Realização de um “Hackathon Jurídico” em Quatro Etapas: (i) Etapa 1 - Planejamento de Startup Jurídica (Legal Tech) baseada em Design Thinking com apoio de um business model canvas. Cada grupo projetará uma Startup; (ii) Etapa 2 - Debate de configuração societária, formas de investimento e distribuição de equities

entre os “sócios-alunos”; (iii) Etapa 3 - Mentoria com profissionais para ajustes do projeto nas áreas Trabalhista, Fiscal e Societária; e (iv) Etapa 4 - Pitch Day: momento em que os grupos apresentam suas startups para Investidores/Empreendedores locais em busca investimentos num estágio pré-seed.

Aplicada em:

Pós-graduação lato sensu

Palavras-chave:

Direito para Startups; Design Thinking; Empreendedorismo; Governança Corporativa; Investimentos.

Hermenêutica- Sociedade de Debates da Universidade de Brasília: Metodologia Ativa na Aprendizagem do Direito

José Geraldo de Sousa Junior e
Julia Caroline Taquary dos Reis

Brasília, DF

A Hermenêutica universaliza o conceito de Direito ao colocar em prática os valores que regem a sociedade. Trata-se de uma atividade que atingiu universitários de todo o Brasil e de Portugal que trabalha as habilidades e competências do estudante, principalmente de direito, deslocando da formação por conteúdo para a formação por experiência.

Tal experiência se dá nos moldes do debate universitário modelo british parliamentary aliado à pesquisa ativa de temas sociais e conta com avaliações constantes do desenvolvimento dos membros, pautada em critérios

internacionais de excelência de raciocínio, realizadas por docentes e monitores experientes. Dessa forma estabelece a conexão entre saberes e conhecimento ao: lapidar a capacidade do estudante de raciocinar criticamente sobre um tema de grande impacto nas estruturas sociais e legais; treinar a oratória como habilidade de expressão de sua vontade e defesa de seu caso; e aumentar a escuta atenta à palavra do terceiro com resiliência e ética. De um lado, proporciona ao estudante a reflexão teórica e epistemológica sobre os fundamentos da Direito e os torna juristas com uma formação para além do simulacro da sala de aula, atingindo o objetivo de Darcy Ribeiro de uma universidade popular cuja educação une ensino, pesquisa e extensão. De outro, insere os acadêmicos brasileiros no contexto mundial de debate universitário possibilitando a entrada do Brasil em campeonatos consolidados de debate os quais acarretam grande prestígios para as instituições de ensino.

Aplicada em:

Graduação, 1º semestre

Palavras-chave:

Direito; Argumentação; Crítica; Alteridade; Pesquisa.

Penalcast

Victor Minervino Quintiere e
Luciana Musse

Brasília, DF

O Penal Cast surgiu da necessidade de se abordar temas de direito penal na prática, utilizando de um meio cada vez mais usual, que é a realização do diálogo via podcast. Em síntese, um grupo de alunos organizou e elaborou a pauta do programa, desenvolvendo as perguntas a serem feitas com o auxílio dos

professores, sobre temas atuais de direito penal, como o encarceramento, sistema carcerário, carreiras jurídicas e outros.

Aplicada em:

Graduação, 2º semestre

Palavras-chave:

Direito Penal; Processo Penal; Educação; Tecnologia; Podcast.

Pitchjus processual: redesenhando a efetividade de direitos e garantias fundamentais processuais.

Juliana Justo Botelho Castello

Vitória, ES

Trata-se de uma atividade aplicada na disciplina de processo civil - TGP - Teoria Geral do Processo. Mas, apresenta natureza transdisciplinar, pois envolve conteúdos de processo civil, constitucional, legal design e direito digital. A atividade – realizada em grupo de 4 a 5 pessoas em média – consiste em os alunos observarem a realidade do jurisdicionado no processo civil, identificando problemas, desafios e lacunas na efetivação de direitos e garantias fundamentais processuais na perspectiva do usuário do serviço jurisdicional.

A partir da observação e identificação supracitada, deverá o grupo de aluno propor uma solução inovadora, demonstrando a razão pela qual a inovação aumentaria a funcionalidade do processo (sob a perspectiva do usuário) e efetivaria de modo mais intenso um determinada direito ou garantia

fundamental. O grupo de alunos deverá, ainda, prototipar a solução proposta e apresentar um pitch de apresentação dessa solução para a professora e para os colegas, para buscar investimentos na execução do projeto fictício.

Para fins de entrega e avaliação da atividade, após a observação da realidade empírica (realizada extraclasse), o grupo de aluno deverá produzir:

(i) um relatório escrito de duas páginas, relatando a lacuna, desafio ou problema na efetivação de um direito e garantia fundamental processual e, ainda, relatando a razão pela qual, segundo a perspectiva do usuário, esse problema foi diagnosticado; (Valor 1 ponto).

(ii) o aluno deverá prototipar a solução. Se a solução for tecnológica, o aluno deverá, por exemplo, apresentar as telas do aplicativo ou software (que ele pode fazer em qualquer ferramenta para criar wireframe, como é o whimsical ou o canva). Se a solução for um redesenho de um procedimento, caberá ao aluno apresentar a modelagem do novo fluxo procedimental (utilizando, por exemplo, a ferramenta Bizagi); (Valor 1 ponto).

(iii) durante a aula, especialmente designada para as apresentações, o aluno (um integrante apenas do grupo) deverá fazer um pitch, uma apresentação em 5 minutos da sua proposta, de modo a convencer investidores (professores e colegas da sala) a investirem em sua solução. (Valor 1 ponto).

Além dos 3 (três) pontos da atividade, os alunos deverão votar no pitch vencedor. O grupo que fizer o melhor pitch de vendas ganha 0,5 (meio) ponto extra na nota.

Aplicada em:

Graduação, 3º semestre

Palavras-chave:

Design; Resolução de Disputas; Usuário; Jornada; Integridade Normativa.

Projeto de Extensão “Direito, trabalho e cidade: compartilhando saberes”

Analice Nogueira Santos Cunha
e Vitor Costa Oliveira

São Cristóvão, SE

A qualidade de vida está intrinsecamente relacionada com o acesso ao trabalho digno e remunerado de forma adequada. Contudo, conquistas trabalhistas como a estipulação legal do valor do salário-mínimo ou do piso salarial nacional de uma categoria perdem o seu valor real diante de cidades caras, inacessíveis segregadas e insustentáveis ecologicamente. Assim, “nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição da renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança” (MARICATO, 2013, p.19-20). Portanto, uma vez que vivemos numa sociedade preponderantemente urbana, tanto o modelo de cidade quanto as condições de trabalho serão importantes para alcançar a construção de uma sociedade menos desigual, capaz garantir a dignidade e o exercício da cidadania de todos. Ocorre que, recentemente, as áreas trabalhista e urbanística tem sofrido intensas alterações legislativas impactando diretamente na vida não somente dos trabalhadores e trabalhadoras, mas de todos os habitantes das cidades. Diante desse cenário, a universidade pública tem um papel importante no estudo dessas transformações e na disseminação das informações relacionadas à essas inovações legislativas, permitindo o amplo conhecimento a respeito das conquistas e

das revogações de direitos. Então, o Projeto de Extensão “Direito, trabalho e cidades: compartilhando saberes”, elaborou recursos de aprendizagem diversos: infográficos, vídeos, imagens, podcasts, entrevistas etc. Esses recursos educacionais abertos são objetos de aprendizagem em qualquer formato ou mídia que estejam sob domínio público ou foram licenciados de forma aberta, o que lhes permite ser utilizados por todos. Todo material produzido no âmbito do projeto foi depositado no repositório institucional de Universidade Federal de Sergipe (UFS), bem como foi compartilhado e disponibilizado gratuitamente nas diversas plataformas e redes sociais do projeto. O repositório institucional da UFS não possuía recursos educacionais no campo do Direito, então, esse projeto de extensão apresentou-se como uma grande oportunidade de suprir essa lacuna. Além disso, naquele momento excepcional de pandemia e de aulas exclusivamente remotas, a produção de conteúdo digital/objetos de aprendizagem na área jurídica tornou-se uma necessidade urgente. O projeto de extensão foi promovido pela UFS, que subsidiou 6 extensionistas bolsistas e 6 voluntários, de diversos cursos de graduação: direito, design gráfico, pedagogia, comunicação social e arquitetura e urbanismo. As bolsas foram remuneradas pelo Programa de Assistência Estudantil da UFS, que atende alunos em situação de vulnerabilidade social. Apesar das dificuldades do contexto da pandemia, o projeto conseguiu transpor os muros da universidade, resultando num intercâmbio de conhecimento e experiências entre participantes intra e extramuros. Dessa forma, O projeto reuniu no total 27 extensionistas, que incluíam os bolsistas, os voluntários e as pessoas da comunidade externa, que juntos protagonizaram a produção de todo o

material. Entre set/20 e jan/21 foram realizadas diversas atividades e ações com a finalidade de apresentar, estudar, analisar e debater as inovações legislativas trabalhistas e urbanísticas, bem como capacitar os extensionistas para a produção, aplicação e difusão dos recursos educacionais produzidos. Os(as) professores(as) e palestrantes convidados para participar das atividades do projeto possuem vínculos com IES de várias partes do país e também com movimentos sociais, bem como representam diversidade de raça e gênero aproximada daquela encontrada na sociedade brasileira. O atendimento da diversidade foi um ponto relevante na composição do quadro de parceiros.

Aplicada em:

Graduação

Palavras-chave:

Direito do Trabalho; Direito Urbanístico; Extensão universitária; Recursos Educacionais abertos; Universidade.

RalouWin

Iuri Bolesina; Caroline Wust e Felipe Dias

Passo Fundo, RS

A atividade consiste em um mecanismo de avaliação por meio de desafios gamificados em equipe, cooperativos e competitivos, tendo como conteúdo temas jurídicos contemporâneos de especial relevância social. A proposta estimula a autonomia e o protagonismo discente, sendo levemente prolongada no tempo (mais de um encontro), bem como multinível, envolvendo professores, graduandos e mestrands em Direito. A dinâmica pode ser replicada em qualquer nível de formação e em qualquer data.

Contudo, na ocasião foi especialmente pensada para a festividade de Halloween (31/10), envolvendo, no aspecto lúdico, desafios, premiações e decoração temáticos.

Aplicada em:

Graduação, 1º a 3º semestre

Palavras-chave:

Gamificação; Cooperação; Competição;
World café; Temas jurídico-sociais.

 **FGV DIREITO SP**

PRÊMIO
ESDRAS
DE ENSINO DO DIREITO